

Itália-Rignano sull'Arno: Serviços de ensino pré-escolar

OJ S 75/2016 16/04/2016

Anúncio de concurso

Serviços

Directiva 2004/18/CE

Secção I: Autoridade adjudicante

I.1. Nome e endereços

Nome oficial: Comune di Rignano sull'Arno

Endereço postal: Piazza della Repubblica 1

Localidade: Rignano sull'Arno

Código postal: 50067

País: Itália

Pessoa de contacto: Centro Unico Appalti

À atenção de: Giuseppe Bistondi

Correio eletrónico: ufficiogare@uc-valdarnoevaldisieve.fi.it

Telefone: +39 0558360336

Fax: +39 0558360229

Endereço(s) Internet:

Endereço geral da autoridade adjudicante: <http://www.comune.rignano-sullarno.fi.it>

Endereço do perfil do adquirente: <http://https://start.e.toscana.it/valdarnoevaldisieve/>

Para obter mais informações, consultar:

o endereço indicado acima

O caderno de encargos e documentos complementares (nomeadamente para o diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos consultando:

o endereço indicado acima

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para: o endereço indicado acima

I.2. Tipo de autoridade adjudicante

Autoridades regionais ou locais

I.3. Atividade principal

Serviços públicos gerais

I.4. O contrato é adjudicado por conta de outras autoridades adjudicantes

A autoridade/entidade adjudicante procede à aquisição por conta de outras autoridades adjudicantes: não

Secção II: Objecto do contrato

II.1. Descrição

II.1.1. Título atribuído ao contrato pela autoridade adjudicante

Affidamento dei servizi di nidi d'infanzia comunali e servizi integrativi del Comune di Rignano sull'Arno periodo dal 1.9.2016 al 31.8.2020 CIG 6647174D80.

II.1.2. Tipo de contrato e local de execução ou entrega

Serviços

Categoria de serviços n.º 24: Serviços de educação e formação vocacional

Local principal de execução: Comune di Rignano sull'Arno — Piazza della Repubblica 1.
Código NUTS ITE14 Firenze

II.1.3. Informação acerca do acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico

O anúncio implica a celebração de um contrato público

II.1.4. Informação acerca do acordo-quadro

II.1.5. Descrição resumida do contrato ou da(s) aquisição(ões)

Con la presente procedura di gara saranno aggiudicati i servizi di nidi d'infanzia comunali e servizi integrativi.

II.1.6. Código(s) CPV

80110000 Serviços de ensino pré-escolar

II.1.7. Informação relativa ao Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)

O contrato é abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos: sim

II.1.8. Lotes

Contrato dividido em lotes: não

II.1.9. Informação sobre as variantes

São aceites variantes: não

II.2. Quantidade ou âmbito do concurso

II.2.1. Quantidade total ou âmbito

1 261 200.

Valor estimado, sem IVA: 1 261 200 EUR

II.2.2. Informação sobre as opções

Opções: não

II.2.3. Informação sobre as reconduções

O contrato é passível de recondução: sim

Número de reconduções possíveis: 1

Em caso de contratos de fornecimentos ou de serviços passíveis de recondução, calendário previsto para os contratos subsequentes:

em meses: 11 (a contar da data de adjudicação)

II.3. Duração do contrato ou prazo de execução

Início 1.9.2016. Conclusão 31.8.2020

Secção III: Informação de carácter jurídico, económico, financeiro e técnico

III.1. Condições relacionadas com o contrato

III.1.1. Cauções e garantias exigidas

Cauzione o fideiussione del 2 % alla presentazione dell'offerta ai sensi dell'art. 75 del D.Lgs. n. 163/2006. Ai sensi dell'art. 75, comma 5, del D.Lgs. n. 163/2006, la cauzione deve essere corredata dall'impegno del garante a rinnovare la garanzia per la durata di 180 giorni, nel caso in cui al momento della sua scadenza non sia ancora intervenuta l'aggiudicazione definitiva, su richiesta dell'Amministrazione Aggiudicatrice nel corso della procedura. La fideiussione deve espressamente garantire l'eventuale mancato versamento della sanzione pecuniaria prevista dall'art. 38, comma 2-bis del D.Lgs. n. 163/2006 nella misura stabilita dal disciplinare

di 1 261,2 EUR (un per mille) dell'importo a base di gara.

Garanzia fideiussoria da parte dell'esecutore del contratto pari al 10 % del valore della concessione al netto dell'IVA. Sono ammesse le riduzioni ai sensi dell'art. 40, co. 7 e art. 75, co. 7, del D.Lgs. 163/2006.

III.1.2. Principais condições de financiamento e modalidades de pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

Fondi propri di bilancio del Comune di Rignano sull'Arno.

III.1.3. Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos ao qual vai ser adjudicado o contrato

Art. 37 del D.Lgs. n. 163/2006, come specificato nel Disciplinare di gara.

III.1.4. Condições de execução do contrato

A execução do contrato está sujeita a condições especiais: não

III.2. Condições de participação

III.2.1. Habilitação para o exercício da atividade profissional, incluindo requisitos em matéria de inscrição em registos profissionais ou comerciais

Lista e breve descrição das condições: Sono ammessi a partecipare alla gara i soggetti di cui all'art. 34 del D.Lgs. n. 163/2006, nonché quelli con sede in altri Stati membri dell'Unione Europea alle condizioni di cui agli art. 38, commi 4 e 5, 39 e 47 del D.Lgs. n. 163/2006.

I soggetti concorrenti devono essere in possesso dei requisiti d'ordine generale da dichiarare attraverso la «Domanda di partecipazione e scheda di rilevazione requisiti».

In caso di avvalimento i concorrenti non devono rientrare in nessuna delle ipotesi di divieto previste dall'art. 49 del D.Lgs. n. 163/2006 e specificate nel disciplinare di gara.

Inoltre è condizione di ammissibilità alla gara:

— Ai sensi degli articoli 38, comma 2-bis, e 46, comma 1-ter, del D.Lgs. n. 163/2006, così come introdotti dal D.L. n. 90/2014, convertito in legge n. 114/2014, in fase di verifica della documentazione amministrativa, in caso di mancanza, incompletezza e ogni altra irregolarità essenziale delle dichiarazioni rese per la partecipazione alla gara si applica quanto previsto al comma 2-bis dell'art. 38 del D.Lgs. n. 163/2006 e verrà irrogata una sanzione pecuniaria pari all'1 per mille dell'importo di gara, il cui versamento è garantito dalla cauzione provvisoria.

I soggetti partecipanti, al momento della presentazione dell'offerta, quale condizione di ammissibilità alla gara, sono tenuti al pagamento del contributo di 140 EUR a favore dell'Autorità per la vigilanza sui contratti pubblici di lavori, servizi e forniture, con le modalità di cui al punto A.6) del Disciplinare di gara.

III.2.2. Capacidade económica e financeira

Lista e breve descrição das condições: Aver realizzato complessivamente nel triennio 2012 /2014 un fatturato per servizi analoghi a quello oggetto della presente gara (Gestione appalti di servizio nido d'infanzia), di valore pari o superiore a 900 000 EUR (novecentomila/00).

Per aziende costituite nel triennio di riferimento, il requisito finanziario relativo al fatturato specifico deve essere proporzionalmente ridotto in base agli anni di effettiva attività.

Come specificato nel disciplinare.

III.2.3. Capacidade técnica e profissional

Lista e breve descrição das condições:

Aver eseguito nell'ultimo triennio dal 1.3.2013 al 29.2.2016 almeno 3 servizi per la prima infanzia, tra i seguenti: nido d'infanzia, centro gioco educativo, centro per bambini e genitori, nido aziendale, per un corrispettivo non inferiore a 600 000 EUR a favore di Enti pubblici e

privati. Per ciascun servizio dovrà essere indicato: oggetto del servizio, periodo, numero di bambini presenti nella struttura, importi (IVA esclusa).

Come specificato nel disciplinare.

III.2.4. Informação sobre contratos reservados

III.3. Condições específicas para os contratos de serviços

III.3.1. Informação sobre uma profissão específica

A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica: não

III.3.2. Informação sobre o pessoal responsável pela execução do contrato

Secção IV: Procedimento

IV.1. Tipo de procedimento

IV.1.1. Tipo de procedimento

Concurso público

IV.1.2. Informação sobre a limitação do número de candidatos que serão convidados

IV.1.3. Informação sobre a redução do número de soluções ou propostas durante a negociação ou o diálogo

IV.2. Critérios de adjudicação

IV.2.1. Critérios de adjudicação

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta O preço não é o único critério de adjudicação e todos os critérios se encontram enunciados apenas na documentação do concurso

IV.2.2. Informação acerca do leilão eletrónico

Vai ser efetuado um leilão eletrónico: não

IV.3. Informação administrativa

IV.3.1. Número de referência atribuído ao processo pela autoridade adjudicante

IV.3.2. Publicação anterior referente ao presente concurso

não

IV.3.3. Condições para a obtenção do caderno de encargos e documentos complementares ou da memória descritiva

IV.3.4. Prazo para a receção das propostas ou pedidos de participação

16.5.2016 - 09:30

IV.3.5. Data prevista de envio dos convites à apresentação de propostas ou dos convites para participar aos candidatos selecionados

IV.3.6. Línguas em que as propostas ou os pedidos de participação podem ser apresentados italiano.

IV.3.7. Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta

Duração em meses: 180 (a contar da data-limite para receção das propostas)

IV.3.8. Condições de abertura das propostas

Data: 16.5.2016 - 10:00

Local:

Sede del Centro Unico Appalti (C.U.A.) dell'Unione di Comuni Valdarno e Valdisieve — Via Tanzini 27– Pontassieve (FI).

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas: sim

Informação sobre as pessoas autorizadas e o procedimento de abertura das propostas: Il titolare o legale rappresentante del soggetto concorrente o persona munita di specifica delega può assistere, in qualità di uditore, alle sedute pubbliche di gara.

Secção VI: Informação complementar

VI.1. Informação sobre o carácter recorrente

Contrato recorrente: não

VI.2. Informação sobre os fundos da União Europeia

O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia: não

VI.3. Informação adicional

La procedura di gara verrà svolta interamente in modalità telematica sul sito www.e.toscana.it/start, sezione Unione di Comuni Valdarno e Valdisieve.

Tutta la documentazione richiesta dovrà essere prodotta in modalità telematica sul suddetto sito e, ove richiesto, firmata digitalmente.

L'appalto è disciplinato dal bando di gara, dal disciplinare di gara e dalle «Norme tecniche di funzionamento del Sistema Telematico di Acquisto dell'Unione di Comuni Valdarno e Valdisieve» consultabili all'indirizzo internet: <https://start.e.toscana.it/valdarnoevaldisieve/>.

All'indirizzo internet <https://start.e.toscana.it/valdarnoevaldisieve/>, è disponibile la documentazione di gara di seguito specificata:

il presente bando, il disciplinare di gara con i relativi allegati, il capitolato nonché i suoi allegati e lo schema di contratto.

Le offerte dovranno essere formulate dagli operatori economici e ricevute dalla Amministrazione aggiudicatrice esclusivamente per mezzo del Sistema sopra indicato.

Nel disciplinare di gara è specificata tutta la documentazione da presentare per la partecipazione alla gara nonché le modalità di presentazione della stessa per i soggetti che partecipano singolarmente, in raggruppamento temporaneo, consorzi, G.E.I.E.

Il concorrente dovrà dichiarare espressamente di accettare il codice di comportamento dell'Ente (Nella «Domanda di partecipazione e scheda relativa ai requisiti di ordine generale»), nonché il Protocollo di legalità sottoscritto dall'Ente e allegato alla documentazione di gara e l'impegno a sottoscrivere il DUVRI predisposto dalla Stazione appaltante (nella «Scheda di Rilevazione dei requisiti di capacità tecnico professionale ed economico-finanziaria»).

Le informazioni relative alla gara devono essere richieste all'Amministrazione Aggiudicatrice con le modalità indicate al paragrafo «Richieste di chiarimenti da parte degli operatori economici» del Disciplinare di gara.

Il concorrente, ai sensi dell'art. 79, comma 5-quinquies, del D.Lgs. n. 163/2006, deve indicare il domicilio eletto, la posta elettronica certificata (PEC), il numero di fax e l'indirizzo di posta elettronica per le comunicazioni di cui all'art. 79, comma 5, del Decreto stesso. Tali indicazioni sono fornite dal concorrente compilando gli appositi spazi predisposti nella «Domanda di partecipazione e scheda di rilevazione requisiti». Si procederà all'individuazione delle offerte anormalmente basse, alla verifica delle stesse e all'eventuale procedimento di esclusione

secondo quanto previsto dagli articoli 86, 87 e 88 del D.Lgs. n. 163/2006.

Ai sensi dell'art. 121, comma 8, del D.P.R. n. 207/2010, qualora ricorrano i presupposti per la verifica di congruità delle offerte, il Presidente di gara sospende la seduta pubblica e ne dà comunicazione al responsabile del procedimento affinché lo stesso proceda alla verifica di congruità, secondo quanto previsto dagli articoli 87 e 88 del D.Lgs. n. 163/2006. La stazione appaltante, ai sensi dell'art. 88, c. 7 D.Lgs. 163/06, può procedere contemporaneamente alla verifica di anomalia delle migliori offerte, non oltre la quinta, fermo restando quanto previsto ai commi da 1 a 5 dell'art. 88.

Si procede ad aggiudicazione anche nel caso in cui pervenga una sola offerta valida.

In caso di offerte uguali si procederà per sorteggio.

L'Amministrazione Aggiudicatrice effettua i controlli sulle dichiarazioni rese dai soggetti partecipanti ai sensi del D.Lgs. n. 163/2006, del D.P.R. n. 445/2000, secondo le specifiche indicate nel disciplinare di gara.

L'Amministrazione Aggiudicatrice, ai sensi dell'art. 241, comma 1-bis, del D.Lgs. n. 163/2006, comunica che per le controversie derivanti dall'esecuzione del contratto è esclusa la competenza arbitrale; le stesse saranno attribuite in via esclusiva alla competenza del Foro di Firenze.

Si informa che, ai sensi dell'art. 3 della L. n. 136/2010, l'aggiudicatario, al fine di assicurare la tracciabilità dei flussi finanziari, è tenuto ad utilizzare, per tutti i movimenti finanziari relativi al presente appalto, esclusivamente conti correnti bancari o postali dedicati, anche in via non esclusiva. Ai fini della tracciabilità dei flussi finanziari, il bonifico bancario o postale ovvero gli altri strumenti di pagamento idonei a consentire la piena tracciabilità delle operazioni devono riportare, in relazione a ciascuna transazione posta in essere dall'appaltatore, dal subappaltatore e dai subcontraenti della filiera delle imprese interessati al presente appalto, e il codice CIG.

Si informa che non è ammissibile il subappalto, ai sensi dell'art. 27 del D.Lgs. 163/2006.

Atto di indizione dell'appalto: Determinazione del Responsabile Servizi alla Persona e al Cittadino del Comune di Rignano sull'Arno n. 200 del 12.4.2016. Altre informazioni inerenti il procedimento amministrativo, il trattamento dei dati personali e i controlli sulle dichiarazioni rese dai partecipanti sono indicate nel disciplinare di gara.

Responsabile unico del procedimento: Sig.ra Barbara Barchielli al numero 0558347833.

VI.4. Procedimentos de recurso

VI.4.1. Organismo responsável pelos processos de recurso

Nome oficial: Tribunale Amministrativo Regionale per la Toscana

Endereço postal: Via Ricasoli 40

Localidade: Firenze

Código postal: 50129

País: Itália

Telefone: +39 0552776427

VI.4.2. Processo de recurso

Informações precisas sobre o(s) prazo(s) de recurso: 30 giorni decorrenti dalla pubblicazione nella Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana o dalla ricezione della comunicazione di cui all'art. 79, D.Lgs. n. 163/2006.

VI.4.3. Serviço junto do qual podem ser obtidas informações sobre os processos de recurso

VI.5. Data de envio do presente anúncio

13.4.2016